

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Os Princípios Gerais do Processo.....	1
1.1. Conceito	1
1.2. Direito Processual Constitucional ou Direito Constitucional Processual?	2
1.3. Autonomia do Processo do Trabalho	3
Capítulo 2 – Princípio do Devido Processo Legal.....	7
2.1. Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade.....	10
2.2. Devido Processo Legal Processual	11
Capítulo 3 – Princípio do Contraditório.....	13
3.1. O Contraditório no Procedimento Administrativo.....	15
3.2. O Contraditório e a Atividade Executiva.....	17
3.3. Contraditório e as Liminares Concedidas sem Oitiva da Parte Contrária	20
3.4. Contraditório e o art. 285-A do Código de Processo Civil – Sentença de Causas Repetidas	22
3.5. Contraditório e os Recursos.....	28
3.6. Contraditório e as Provas.....	29
3.7. Contraditório e Alegação de Prescrição.....	32
Capítulo 4 – Princípio da Ampla Defesa	33
4.1. Ampla Defesa e Vedação de Duplo Grau de Jurisdição	33
4.2. Ampla Defesa e a Vedação ao Cabimento de Ações Rescisórias...35	
4.3. Ampla Defesa e Depósito Prévio de Instância Administrativa.....	36



Capítulo 5 – Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional – Acesso à Justiça	39
5.1. Acesso à Justiça e Condições da Ação.....	40
5.2. O Acesso à Justiça e a Tentativa de Conciliação Prévia de Conflitos Individuais Trabalhistas	42
5.3. Acesso à Justiça e a Garantia do Juízo para Oposição de Impugnação.....	45
5.4. Acesso à Justiça – Tutela Adequada e Tutelas Diferenciadas	47
5.4.1. Antecipação de Tutela e Obrigações Específicas	51
5.4.2. Tutelas Inibitórias.....	53
5.4.3. Vedação de Liminares.....	56
5.5. Acesso à Justiça e Perempção.....	60
5.6. Acesso à Justiça e Justiça Desportiva.....	63
5.7. Acesso à Justiça e Mútuo Consentimento nos Dissídios Coletivos de Natureza Econômica	64
5.7.1. Mútuo Consentimento e Arbitragem Judicial	80
5.7.2. Mútuo Consentimento e as Espécies de Dissídios Coletivos	83
5.8. Acesso à Justiça e Tentativa Prévia de Conciliação nos Dissídios Coletivos	94
 Capítulo 6 – Princípio da Igualdade	 97
6.1. Princípio da Igualdade e Paridade de Armas.....	98
6.2. Princípio da Igualdade no Processo do Trabalho e o Princípio da Proteção.....	99
6.3. Princípio da Igualdade e Prazo Diferenciado para a Fazenda Pública	102
6.4. Princípio da Igualdade e Tramitação Preferencial	104
6.4.1. Idoso	104
6.4.2. Portadores de Doenças Graves	105
6.4.3. Massa Falida e Pagamento de Salários	105
6.5. Princípio da Igualdade e a Atividade Executiva	106
6.5.1. O Princípio da Igualdade e a Execução Coletiva – <i>Par Conditio Creditorium</i>	107

Capítulo 7 – Princípio do Juiz Natural.....	111
7.1. Juízos Especializados.....	116
7.2. Julgador Natural.....	117
7.3. Promotor Natural	117
Capítulo 8 – Princípio da Cooperação.....	119
Capítulo 9 – Princípio da Motivação das Decisões Judiciais.....	121
Capítulo 10 – Princípio do Duplo Grau de Jurisdição	123
Capítulo 11 – Princípio da Efetividade e da Razoável Duração do Processo.....	127
Capítulo 12 – Princípio da Ultrapetição ou Extrapetição.....	129
12.1. A Regra da Adstrição e o Modelo Dispositivo do Processo.....	129
12.2. Mitigação da Correlação.....	131
12.3. Ultrapetição – Extrapetição no Processo do Trabalho	135
12.4. Possibilidade de Extensão da Ultrapetição ao Processo Civil – Interpretação do Brocardo <i>Iura Novit Curia</i>	145
12.5. A Apreciação, de Ofício, de Questões de Ordem Pública no Processo do Trabalho	149
Capítulo 13 – Princípio da Despersonalização do Empregador.....	151
Capítulo 14 – Princípio da Coletivização das Ações Individuais	153
Referências Bibliográficas	155
Índice Remissivo	159